



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 09

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA

EM 18 DE ABRIL DE 2018

ÍNDICE

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
ORDEM DO DIA	7
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	7
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES	7
3. APROVAÇÃO DE ATA	8
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2018	8
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:	8
4.1 ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL DE ASSISTENTE OPERACIONAL NA ÁREA DO CEMITÉRIO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO NA MESMA ÁREA DE ATIVIDADE	8
4.2 REGULAMENTO DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO – CONSULTA PÚBLICA	10
4.3 REGULAMENTO MUNICIPAL DA ATRIBUIÇÃO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE – CONSULTA PÚBLICA	11
4.4 CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE	12
4.5 EMPREITADA DE “ARRANJO EXTERIOR DE ACESSO POENTE À BIBLIOTECA E LIGAÇÃO PEDONAL AO LARGO BARÃO DE SAMORA CORREIA – ALCOCHETE” – PROC. I - 08/12 – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA E RESTITUIÇÃO DO VALOR RETIDO	14
5. APOIOS FINANCEIROS	14
6. INFORMAÇÕES	15
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE	17
ENCERRAMENTO	19

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, no edifício da Junta de Freguesia de São Francisco, pelas vinte e uma horas, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor presidente da Câmara Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, encontrando-se presente a senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, José Luís dos Santos Alfélua, Estêvão António das Neves Boieiro, Vasco André Marques Pinto e Pedro Miguel Abreu Louro.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente apresentou os seguintes Votos de Pesar pelo falecimento da senhora Odete da Graça Fernandes Correia e do senhor António Cruz:

1. «No passado dia 11 do corrente mês, faleceu a senhora professora Odete da Graça Fernandes Correia, com 79 anos de idade.

A professora dona Odete adotou Alcochete como a sua casa, onde residiu cerca de 50 anos.

Lembramos toda a vida dedicada ao ensino, primeiramente como professora primária e posteriormente como professora de Português e Francês no 2.º e 3.º ciclo e ensino secundário.

Aliado ao profissionalismo, a professora dona Odete é recordada pelos seus pares, alunos e por todos os que com ela tiveram o privilégio de privar, pela simpatia, retidão, disponibilidade e sobretudo pela bondade e altruísmo.

A filantropia como princípio de vida, foi algo que sempre partilhou com o marido, senhor Hermenegildo Eusébio Rodrigues Correia. Do humanitarismo

desde benemérito casal destacamos várias doações à Câmara Municipal, bem como as obras de beneficiação da Casa do Velório.

Este exemplo de vida, este estar e ser para os outros deve ser inspirador para todos nós.

Assim, a Câmara Municipal de Alcochete, propõe em reunião de câmara do dia 18 de abril de 2018:

1. Manifestar o seu profundo pesar pela morte de Odete da Graça Fernandes Correia, guardando um minuto de silêncio em sua memória e homenagem.

 2. Apresentar à família as mais sentidas condolências.»
2. «A 13 de abril do corrente mês, Alcochete ficou mais pobre!

Com o falecimento de António Cruz, perde-se uma figura incontornável da nossa memória coletiva.

Perdemos não só um poeta, um pintor e um exímio guitarrista, mas também um homem de personalidade singular.

Alcochete saberá guardar as memórias, as vivências e o espólio deixado pelo artista António Cruz.

Reconhecendo o valor de uma vida dedicada à arte e cultura, a Câmara Municipal de Alcochete, propõe em reunião de câmara do dia 18 de abril de 2018:

1. Manifestar o seu profundo pesar pela morte de António Cruz, guardando um minuto de silêncio em sua memória e homenagem.

2. Apresentar à família as mais sentidas condolências.»

Submetido à discussão e votação, as propostas foram aprovadas por unanimidade e foi cumprido um minuto de silêncio.

Seguidamente, o senhor presidente informou que na falta de resposta por parte da instituição bancária *Santander Totta*, aos contatos desenvolvidos pela Junta de Freguesia de São Francisco, proprietária do anterior multibanco, foi entretanto desenvolvido pelo município contato junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo que concordou colocar uma caixa de multibanco em São Francisco.

Na sequência dos ataques que as caixas de multibanco têm sofrido em todo o país, existe a necessidade da construção de uma estrutura em alvenaria designada por *bunker* que é um espaço reforçado, seguro e protecionista da máquina, de modo a que a sua destruição não volte a acontecer. Neste contexto, a câmara municipal vai assumir o investimento com a construção desta estrutura em alvenaria, a Junta de Freguesia de São Francisco fornecerá a corrente elétrica e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo ficará responsável pela aquisição, manutenção e gestão da caixa multibanco.

Existe um protocolo que está praticamente definido entre a câmara municipal e a instituição bancária para que, no mais curto espaço de tempo, possa ser feita a construção do dito *bunker*, que levará entre 2 a 3 semanas e posteriormente será a instalada a respetiva máquina.

O senhor presidente, informou também que este executivo pretende realizar em São Francisco três obras num curto de espaço de tempo, achando que todos os fregueses de São Francisco devem congratular-se pelo seu anúncio:

- Requalificação do palco do largo 1.º de Maio, que consistirá: na ampliação do mesmo em termos de altura, criação de um camarim e de uma casa de banho, cobertura e uma pintura geral;

- Requalificação do Polidesportivo de São Francisco que consistirá: na substituição da vedação, colocação de um novo pavimento adaptado à prática das várias modalidades e renovação dos balneários;
- Requalificação da rua da Pacheca, que contemplará a sua repavimentação, estando a autarquia em negociações com o dono do terreno contíguo à via, no sentido de previamente executar uma rede de águas pluviais para solucionar o problema das inundações naquele local quando chove.

O senhor vereador Pedro Louro demonstrou a sua satisfação quanto às obras anunciadas, mas solicitou que numa próxima revisão do Orçamento fique contemplada a requalificação da estrada que liga São Francisco a Alcochete.

O senhor vereador José Luís Alfélua, quanto à instalação da máquina de multibanco, solicitou a seguinte informação:

- Se a sua localização já está definida;
- Se foram consultadas todas as entidades bancárias para a sua instalação, no sentido de serem esgotadas todas as possibilidades de se construir a mesma coisa com o menor esforço financeiro por parte do município.

Sucintamente, o senhor presidente, informou que a requalificação da estrada que liga São Francisco a Alcochete, com a criação de uma via pedonal, faz parte das pretensões deste executivo, existindo já em orçamento, rubrica para o efeito.

Relativamente ao local para instalação da máquina multibanco, informou que será instalada nas proximidades da anterior, junto à paragem dos transportes públicos.

No que diz respeito, às consultas a outras entidades financeiras, esclareceu que não foram efetuadas, porque o que importava era, encontrar uma solução rápida para os mais de 3.000 fregueses que vivem em São Francisco. Sendo que, o menor custo possível para a autarquia é de não ter de pagar a máquina multibanco e consequentemente a sua manutenção e preservação, bem como o serviço de carregamento.

Mais referiu, que se irá construir o *bunker*, com um custo que não deverá ascender os €17.000,00, mas este é um custo que a autarquia assume com sentido altruísta, porque está a prestar um serviço público à freguesia de São Francisco e a quem utilizará a respetiva máquina.

O senhor vereador Pedro Lavrado informou que a 19 de abril, se irá dar início à empreitada de reformulação do “Arranjo Paisagístico da Praça Dr. Manuel Simões Arroz”, no âmbito do acionamento da garantia bancária, que inclui a reformulação de 6 canteiros, através da sua pavimentação em calçada grossa de granito e plantação de algumas árvores. Esta empreitada, terá também uma componente de administração direta que abrange, o fornecimento e instalação de sistema de rega automatizado para as caldeiras, fornecimento e plantação das árvores e instalação de alguns pilaretes em falta.

ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €5.851.202,80 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, duzentos e dois euros e oitenta cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente da câmara informou de que, entre os dias 04/04/2018 e 17/04/2018, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €295.977,03 (duzentos e noventa e cinco mil, novecentos e setenta e sete euros e três cêntimos) conforme as ordens de pagamento emitidas da n.º 933 à 1096.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de ata

Ata da reunião ordinária realizada no dia 04 de abril de 2018

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1 Anulação de procedimento concursal de Assistente Operacional na área do Cemitério e abertura de procedimento na mesma área de atividade

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«De acordo com o que resulta dos artigos 28.º e 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o empregador público deve planear para cada exercício orçamental o respetivo mapa de pessoal “tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver” no referido período temporal, em face da missão, das atribuições, da estratégia e dos objetivos fixados.

Ora neste pressuposto, foi deliberado em reunião de câmara de 26/07/2017 proceder à abertura de um procedimento concursal, para as diferentes áreas de atividade do Município, que revelavam carência de pessoal, de entre os quais um lugar de assistente operacional para a área do cemitério, cujo aviso foi publicado na 2.ª Série do *Diário da República* n.º 169 de 01 de setembro de 2017. Acontece que por falta de comparência do único candidato ao último método de seleção do referido procedimento, a conclusão do mesmo ficou comprometida, pelo que o júri

determinou a sua anulação em reunião de 11/04/2018, subscrita por despacho do senhor Presidente da Câmara de 12/04/2018.

Em face do exposto e atendendo à urgente e imperiosa necessidade de provimento daquele lugar, uma vez mantidos os requisitos necessários para o efeito, nomeadamente ao nível da vacatura do lugar em mapa de pessoal, do cabimento orçamental dos encargos resultantes, verifica-se que as regras atinentes à contratação de pessoal permitirão o desenvolvimento de um novo recrutamento para provimento deste posto de trabalho de Assistente Operacional na área do cemitério, conforme competências e atribuições descritas na caracterização do atual mapa de pessoal do Município.

Assim, entende-se que se afigura pertinente que o procedimento concursal a realizar viabilize a candidatura de trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, nos termos do disposto na atual redação do artigo 30.º da Lei Geral em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2017 de 30 de maio, mediante expressa autorização do órgão executivo municipal, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Em face do exposto proponho, que a Câmara Municipal delibere:

1. Deliberar sobre a anulação do procedimento concursal aberto para a mesma área de atividade, por autorização do órgão executivo de 26/07/2017 e mediante aviso n.º 10142/2017, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 169 de 01/09/2017, em virtude de não ter sido possível dar continuidade à tramitação processual do mesmo por falta de comparência do único candidato ao último método de seleção;
2. Autorizar, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, na sua redação atualizada, a abertura de um procedimento concursal, tendo em vista a constituição de vínculo de emprego

público por tempo indeterminado, para um posto de trabalho da carreira de Assistente Operacional na área do Cemitério.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.2 Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo – consulta pública

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«A proposta de alteração ao Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo (RAMA) visa conferir uma maior eficiência, eficácia, rigor nos pressupostos instituídos dos apoios financeiros e não financeiros a conceder ao movimento associativo, assegurando total transparência das condições na atribuição dos mesmos e com o objetivo supremo de uma melhor prestação do serviço público.

Pretende-se ainda reconhecer o Movimento Associativo como uma das principais vias de acesso às atividades de maior relevância e interesse para a identidade local do município, nos mais diferentes âmbitos, social, cultural, educativo, desportivo, recreativo e um dos fatores preponderantes para um desenvolvimento sustentado e equilibrado, coesão e bem estar sociais.

Na sequência do exposto e após publicitação do início de procedimento de alteração do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo para efeitos de participação dos interessados, nos termos do n.º 1, do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (Novo Código do Procedimento Administrativo), ultrapassado o respetivo prazo, verifica-se que não foram apresentadas quaisquer propostas.

Assim sendo, submete-se a mesma a consulta pública, de acordo com o artigo 101.º, do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (Novo Código do Procedimento Administrativo) e pelo prazo de 30 dias.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.3 Regulamento Municipal da Atribuição das Habitações Sociais do Município de Alcochete – consulta pública

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«A nova proposta do Regulamento Municipal da Atribuição das Habitações Sociais do Município de Alcochete visa constituir-se como uma medida de apoio social às famílias de uma forma sustentada, equilibrada e efetiva, minimizando os impactos decorrentes da maior vulnerabilidade socioeconómica. Visa ainda prosseguir uma política de habitação adequada às necessidades da população focando um eixo crucial e conducente ao desenvolvimento estruturado e planeado na construção de uma sociedade mais coesa territorialmente.

Pretende-se simultaneamente a elaboração de um novo regulamento mais adequado à dimensão do parque habitacional do município, que permita atribuir as habitações devolutas de forma mais célere e flexível, agilizando, especificamente, procedimentos de atribuição da habitação social face à atualização da legislação em vigor (Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro e Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto).

Na sequência do exposto e após publicitação do início de procedimento da nova proposta do Regulamento Municipal da Atribuição das Habitações Sociais do Município de Alcochete para efeitos de participação dos interessados, nos termos do n.º 1, do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (Novo Código do Procedimento Administrativo), ultrapassado o respetivo prazo, verifica-se que não foram apresentadas quaisquer propostas.

Assim sendo, submete-se a mesma a consulta pública, de acordo com o artigo 101.º, do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (Novo Código do Procedimento Administrativo) e pelo prazo de 30 dias.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.4 Criação do Conselho Municipal de Juventude

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«Tendo esta autarquia noção que as solicitações que hoje em dia se colocam à população mais jovem são cada vez mais complexas e variadas, como questões ligadas à educação, habitação, emprego, saúde, ambiente, entre outras e que conseqüentemente se exige uma análise e reflexão profunda sobre as mesmas, onde o contributo dos jovens poderá ser uma mais valia ao nível da criatividade e inovação, para se encontrar as melhores soluções, nomeadamente em matérias relacionadas com a política de Juventude, vem este executivo propor a Criação do Conselho Municipal de Juventude, nos termos da Lei n.º 8/2009 de 18 de fevereiro, na redação que foi introduzida pela Lei n.º 6/2012 de 10 de fevereiro.

O Conselho Municipal de Juventude é um órgão de caráter consultivo que procurará dar voz aos jovens que residem no nosso concelho, através das suas diversas organizações, associações e grupos informais. Proporcionará o envolvimento destes jovens na discussão dos destinos do município, através da troca de experiências e articulação entre as diversas associações e grupos de jovens do concelho, promovendo o debate, incentivando a formalização associativa e a formação para o associativismo.

Pretende-se que através deste órgão os jovens do Concelho tenham uma participação mais ativa na resolução dos seus próprios problemas e na procura das soluções às suas legítimas ambições.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria, com 5 votos a favor (3 do PS, 1 do CDS-PP e 1 do PPD/PSD) e 2 votos contra da CDU.

O vereador Estêvão Boieiro fez a seguinte declaração de voto em nome da CDU:

«Os eleitos da CDU na Câmara Municipal de Alcochete, face à proposta apresentada no ponto 4.4. da ordem de trabalhos da reunião de Câmara de 18 de abril, consideram que:

1. Tendo em conta que a legislação e as competências afetas ao Conselho Municipal da Juventude inibem a participação das associações que não estejam inscritas no RNAJ (Registo Nacional do Associativismo Jovem) concedendo-lhes apenas o estatuto de observador, sem direito a voto, tal como descrito nos termos do capítulo II do artigo 5.º da Lei n.º 6/2012 de 10 de fevereiro;
2. Tendo em conta que cria constrangimentos, nomeadamente, na participação de algumas associações juvenis e grupos de carácter informal do nosso concelho, que desenvolvam projetos com ações concretas para a juventude;
3. Tendo em conta que o executivo anterior criou o Fórum Municipal da Juventude, estrutura que abrange todas as associações de carácter juvenil, formais e não formais, dando assim a oportunidade a todos os grupos de participarem, integrarem, desenvolverem, e discutirem as políticas e projetos relacionados com a juventude do nosso concelho.

Tendo em conta as razões supra expostas e a existência de uma estrutura muito mais abrangente ao nível da participação, os eleitos da CDU, votaram contra a criação do Conselho Municipal da Juventude.»

4.5 Empreitada de “Arranjo Exterior de Acesso Poente à Biblioteca e Ligação Pedonal ao Largo Barão de Samora Correia – Alcochete” – Proc. I - 08/12 – Homologação do Auto de Receção Definitiva e restituição do valor retido

Pelo senhor vereador Pedro Lavrado foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

Ao abrigo do disposto no artigo 398.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, findo o prazo de garantia da empreitada “Arranjo Exterior de Acesso Poente à Biblioteca e Ligação Pedonal ao Largo Barão de Samora Correia – Alcochete” – Proc. I - 08/12, adjudicada a COFAN – Construções e Investimentos, Lda., procedeu-se à vistoria para efeitos de receção definitiva, tendo-se verificado que os trabalhos se encontravam executados de acordo com o estipulado no Caderno de Encargos e que estão reunidas as condições para a obra ser recebida definitivamente, conforme atesta o respetivo auto que se anexa.

Propõe-se que:

Seja aprovada a homologação do Auto de Receção Definitiva da empreitada em epígrafe, bem como a restituição de €2.808,34, referente ao valor retido nos autos de medição.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como anexar o Auto de Receção Definitiva, como **Doc. 1**.

5. Apoios financeiros

Não foram apresentadas propostas.

6. Informações

- **Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foram apresentadas as seguintes informações:**

1. Projeto *Vaivém Oceanário*

«O *Vaivém Oceanário* é um projeto itinerante que leva o oceanário até à população, para que todos percebam a importância e a urgência de preservar e conservar o oceano.

Este projeto esteve em funcionamento no largo de S. João em Alcochete, entre os dias 9 e 14 de abril, com sessões de 50 minutos, onde os temas abordados foram a conservação da natureza e a adoção de comportamentos mais responsáveis para com o nosso planeta.

Do dia 9 até ao dia 13 de abril as sessões foram destinadas aos alunos do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico. No dia 14 de abril as sessões foram abertas à comunidade em geral.

Durante os cinco dias o *vaivém oceanário* foi visitado por 1291 alunos, distribuídos por 25 sessões.

A Autarquia providenciou o transporte para a deslocação das crianças.»

A Câmara tomou conhecimento.

2. Implementação do projeto “Os Super Saudáveis”

«Dando continuidade ao projeto de alimentação saudável que o Município de Alcochete tem vindo a desenvolver, está a decorrer nas escolas do 1.º ciclo do concelho a implementação do projeto “Os Super Saudáveis”.

Desenvolvido pela Liga Portuguesa Contra o Cancro, com o apoio institucional da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, Direção-Geral de Saúde e da Associação Portuguesa de Nutrição, parte do conceito de um “jogo de cartas colecionáveis”, em que as cartas representam alimentos saudáveis potenciadores de contribuírem para a saúde e consecutivamente para a qualidade de vida.

O projeto envolve toda a comunidade escolar e encarregados de educação e pretende incentivar a mudança e o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis.

Vamos introduzir alimentos novos, 2 em cada semana (ao almoço e ao lanche), em 5 semanas consecutivas. À Autarquia cabe a responsabilidade de introduzir o alimento ao almoço, nas ementas escolares, enquanto os encarregados de educação assumem a responsabilidade ao lanche.

Ainda no decorrer do projeto, vamos proceder à introdução do pescado “cavala” nas ementas escolares. Para o efeito, solicitámos o apoio da Docapesca para a viabilidade de se efetuarem *workshops* com o objetivo de dar a conhecer aos pais e encarregados de educação, assim como ao pessoal afeto aos refeitórios, a possibilidade de confeccionarem o hambúrguer de cavala.

A chefe Patrícia Borges da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche – Instituto Politécnico de Leiria, irá realizar as aulas de hambúrguer de cavala.

Temos já agendadas as datas de realização dos *workshops* com os serviços da Docapesca, que são:

Escola do 1.º Ciclo da Restauração – comunidade escolar | 8 de maio às 17h;

Jardim de Infância do Samouco – comunidade escolar | 9 de maio às 17h;

Centro Escolar de S. Francisco – alunos e comunidade escolar | 10 de maio às 15h30 e 17h, respetivamente.»

A Câmara tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Registaram-se as seguintes intervenções:

– Senhor Jerónimo Cachimbo:

Referiu ser defensor das reuniões de câmara descentralizadas, dado que se deve estar junto das populações.

Felicitou o senhor presidente da Junta de Freguesia de São Francisco, pelo trabalho entretanto já efetuado na freguesia.

Referiu o seu agrado com o Posto de Saúde Móvel no Passil, dado aquela população ser carente e estar longe do centro da vila.

Congratulou a senhora vereadora Maria de Fátima Soares pelo trabalho já desenvolvido como autarca, em tão curto espaço de tempo.

O senhor presidente agradeceu.

– Senhor António Parreira:

Mencionou que foi de bom agrado que ouviu falar das obras a realizar na freguesia, nomeadamente as respeitantes ao multibanco que está a fazer bastante falta à freguesia.

O senhor presidente informou que as mesmas foram referenciadas, por achar importante a partilha de informação com quem de direito, ou seja, com a população de São Francisco.

– Senhor João Manuel Santos:

Na qualidade de presidente da Junta de Freguesia de São Francisco, agradeceu a presença do executivo na freguesia. Mais agradeceu a ajuda prestada, tanto por parte dos gabinetes de apoio à Presidência e Vereação, bem como de alguns funcionários da autarquia, na resolução dos problemas existentes. Enalteceu o trabalho da funcionária Elisabete, do setor de higiene e limpeza.

O senhor presidente agradeceu as palavras proferidas, estendendo o agradecimento a todos os colaboradores da autarquia, independentemente das funções que cada um desempenha, pela forma estreita, cordial, amistosa e profissional que têm demonstrado para a prossecução do serviço público.

– Senhor António Pereira:

Referiu que foi com agrado que ouviu falar das obras para a freguesia.

Solicitou o arranjo do passeio, na rua da Escola Primária, dado que quando chove a água não escoa.

Informou que o sinal junto ao café “Marinheiro” se encontra tombado e que alguns passeios se encontram com ervas.

O senhor presidente referiu que nunca está tudo feito, existe sempre trabalho para desenvolver e informou que o senhor vereador Pedro Lavrado tomou nota das duas questões e iria verificar junto dos serviços as situações descritas.

– Senhor Armindo Mira:

Na qualidade de presidente da comissão de festas de São Francisco chamou a atenção para a falta de saídas alternativas em alguns bairros.

Em resposta o senhor presidente informou que irão analisar as situações para tentar arranjar soluções.

– Senhor Serafim Apóstolo:

Referiu existirem coisas para fazer, salientando que a estrada que passa por cima do viaduto se encontra cheia de buracos; a falta de topónimo na rua que liga com a rua da União Elétrica e a existência de uma lixeira a céu aberto, junto à estrada que passa por cima da autoestrada.

Sugeri que as instalações da Escola Primária fossem aproveitadas para criar oficinas de pequenas reparações, aproveitando desta forma o saber dos mais idosos, no sentido de entre ajuda. Na sua opinião, estas instalações também poderiam servir de arrumos para as viaturas e utensílios da junta de freguesia.

Em resposta, o senhor presidente referiu achar pertinente a ideia de utilização do espaço da Escola, tendo registado.

Relativamente à lixeira informou que a autarquia já tinha conhecimento e que os serviços de Fiscalização Municipal já notificaram o proprietário, dado a mesma se encontrar num terreno particular, estando a decorrer os prazos legais.

– Senhor Joaquim Capito:

Solicitou a colocação de placa toponímica na praceta do Garajau.

Seguidamente, o senhor presidente agradeceu à Junta de Freguesia de São Francisco, pela disponibilização da sala para o atendimento no período da tarde e para a realização da reunião e a presença de todos os munícipes presentes, desejando os maiores sucessos ao presidente da comissão de festas para a realização das festas da freguesia.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 23:30 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.